

O CONFLITO NO SUDÃO DO SUL E O PAPEL DA MISSÃO DE PAZ DA ONU NO PAÍS

Ligia Maria Caldeira Leite de Campos

O Sudão do Sul se tornou independente em 2011, após uma guerra que havia durado anos e em consequência do Acordo Amplo de Paz que previu o referendo realizado naquele ano. Sua Presidência foi assumida por Salva Kiir e a Vice-Presidência por Riek Machar, tendo como partido governante o Movimento de Libertação do Povo do Sudão (*Sudan People's Liberation Movement*, SPLM), o principal grupo opositor ao governo sudanês durante as antigas contendas.

Em 2013, iniciou-se um conflito por conta da disputa de poder entre Kiir, que é da etnia Dinka, e Machar, da etnia Nuer. Atitudes arbitrárias, dentre elas a retirada de Machar de seu cargo, assim como atos que destoavam dos propósitos originais do partido e ações contra os Nuer por parte do Presidente, foram algumas causas da hostilidade. Adicionam-se também a falta de segurança, corrupção e baixo desenvolvimento como fatores que levaram Machar a reunir o Movimento de Libertação do Povo do Sudão em Oposição (*SPLA in Opposition*, SPLM-IO) contra Kiir, o que resultou em confrontos que se estenderam por todo o país. O conflito ganhou uma conotação étnica com violações de direitos humanos praticadas por todos os envolvidos.

Como o país já passava por dificuldades desde a sua origem, como baixa qualidade de vida, falta de infraestrutura, extrema pobreza e problemas de governança, o conflito resultou numa crise humanitária de larga escala. Há 4 milhões de pessoas como refugiadas ou deslocadas internas e um total de 7 milhões necessitando de ajuda e proteção, correspondendo a mais da metade da população sul sudanesa.

No decorrer do conflito, foram realizadas diversas tentativas de se estabelecer um acordo de paz efetivo, como o de setembro de 2015, todavia, elas não foram suficientes para resolvê-lo.

Em uma das piores crises no contexto da guerra civil, em julho de 2016, um embate em Juba, capital do país, deixou cerca de 300 pessoas mortas em apenas quatro dias. Esse episódio abriu margem para que o governo começasse a agir de maneira mais robusta contra a oposição e Machar se exilou na República Democrática do Congo.

Em setembro de 2018, Kiir e Machar assinaram o Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito na República do Sudão do Sul (R-ARCSS, em inglês), o qual prevê um sistema de compartilhamento de poder e mecanismos para se formar um Governo de Transição Revitalizado de Unidade Nacional, além de tratar de questões de segurança, desmilitarização de áreas, assistência humanitária, reconstrução, economia, justiça e reconciliação, entre outras.

No contexto desse conflito complexo, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem atuando por meio da Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS), criada em 9 de julho de 2011, por meio da Resolução 1996 (2011) do Conselho de Segurança da Nações Unidas (CSNU), substituindo a antiga Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS). Inicialmente, a UNMISS visaria consolidar a paz e a segurança, além de trazer condições para o desenvolvimento do país, por meio da capacitação do governo para atuar efetivamente e democraticamente em todo o território, além de criar boas relações com os países vizinhos.

Com a guerra civil em 2013, a partir da Resolução 2132 (2013) do CSNU, a Missão foi ampliada, focando na entrega de assistência humanitária e na proteção de civis. Consequentemente, o CSNU enfatizou essas temáticas junto ao monitoramento de direitos humanos e apoio à aplicação do acordo de cessar hostilidades, e autorizou o emprego de todos os meios necessários para cumprimento do mandato.

A UNMISS também estabeleceu, de maneira inédita nas operações de paz, locais para a proteção de civis (*Protection of Civilians sites*), abrigando pessoas que fugiam de ataques, tarefa essa que gerou diversos desafios para a operação. Além disso, com a deflagração da violência, sua relação com o governo sul sudanês foi estremecida, levando a um posicionamento anti-ONU e a diversas alegações contra a Missão, que passou a sofrer restrições diversas, incluindo de seus movimentos no país.

Em julho de 2016, a Resolução 2304 (2016) abordou como principais questões a proteção de civis, as violações aos direitos humanos, os obstáculos às ações da UNMISS e dos atores humanitários, o embargo de armas aplicado ao país e a formação e desdobramento de uma Força de Proteção Regional (FPR), a qual teria um mandato mais forte para impor a paz na região da capital. Naquele momento, ataques em campos de proteção de civis e em Juba sem que a UNMISS conseguisse lidar com a situação muito menos proteger civis, resultaram em muitas críticas e no afastamento do comandante da Missão, bem como a ONU passou a repensar o funcionamento e efetividade da Missão.

Seu atual mandato se pauta na Resolução 2459 (2019), a qual exige que as partes encerrem os embates, objetivando o respeito ao Acordo Revitalizado e outros de cessar fogo estabelecidos. As principais tarefas da missão são, portanto, apoiar o Acordo e o processo de paz, criar condições para a entrega de ajuda humanitária, monitorar e investigar violações de direitos humanos e proteger civis. A FPR se encontra desdobrada em Juba onde a situação de segurança melhorou substancialmente.

Até o presente momento, o R-ARCSS tem trazido resultados positivos, como: uma relativa melhora em relação aos embates; redução da violência; alguns retornos voluntários de refugiados; libertações de crianças soldados; e progressos na relação entre Kiir e Machar. No entanto, ainda pairam muitas dúvidas sobre sua efetividade devido a: violações do Acordo que ainda ocorrem; recorrentes casos de violência sexual; manutenção do quadro de impunidade; alegações de uso indevido de verbas

direcionadas ao processo de paz, ao mesmo tempo em que se afirma haver uma escassez de recursos; o Sudão, país vizinho e que intermediou o acordo, estar vivendo severos momentos de instabilidade; abusos por parte do governo contra equipes de monitoramento e verificação; Machar afirmar que ainda não está pronto para retornar ao Sudão do Sul e implementar o acordo; postergação por mais seis meses da formação do governo transitório, anteriormente prevista para maio; e, especialmente, o histórico de diversas tentativas de paz frustradas.

Nesse cenário, a UNMISS tem como função auxiliar ao processo de paz e tentar garantir um ambiente seguro e adequado à população já tão afetada pelas hostilidades. Por fim, em meio a todos os desafios que advêm de um conflito complexo como esse, as expectativas são de que o Acordo seja capaz de iniciar a promoção de uma paz sustentável para que a UNMISS cumpra seu mandato e deixe o país.

Ligia Maria Caldeira Leite de Campos é Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (UNESP – UNICAMP – PUC-SP) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Conflitos Internacionais (GEPCI). Bolsista da CAPES.

Campos, L. M. C. L. “O Conflito no Sudão do Sul e o Papel da Missão de Paz da ONU no País”. UNESP. Publicado em 18/10/2019. Disponível em: <https://rebrapaz.com/o-que-pensamos/>.